

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Optimizar o mecanismo de apoio às empresas sociais e promover a empregabilidade dos grupos vulneráveis

O envelhecimento da população em Macau acentua-se progressivamente, com um crescente número de idosos, aumentando anualmente as necessidades de reabilitação, emprego e inclusão social das pessoas com deficiência. Recentemente, o Governo da RAEM divulgou o “Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos nos Próximos Dez Anos (2026-2035)” e o “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Reabilitação 2026-2035”. Ambos os planos prevêem claramente o incentivo a instituições privadas e forças sociais para assumirem serviços públicos como cuidados acessíveis e formação profissional. Neste contexto, as empresas sociais surgem como veículos importantes para a prestação destes serviços essenciais e a promoção do emprego de grupos vulneráveis.

Na realidade, o Governo da RAEM lançou sucessivamente, entre 2010 e 2019, três fases do plano de apoio financeiro às empresas sociais, mas, após a conclusão destas três fases, as autoridades não introduzem desde há muito tempo um novo plano especializado de apoio às empresas sociais. Após três rondas de apoio governamental e a iniciativa autónoma de instituições comunitárias de serviços sociais, existem actualmente em Macau cerca de duas dezenas de empresas sociais em funcionamento normal. Em comparação com a região vizinha de Hong Kong, que, desde o lançamento do Fundo Semente para Empresas Sociais em 2006, já desenvolveu mais de 700 empresas sociais, Macau

apresenta uma diferença evidente no ritmo de desenvolvimento, dimensão geral, enquadramento político e sistema de desenvolvimento dessas empresas.

Segundo referiram diversos empresários locais de empresas sociais, actualmente, estas registam-se sob a forma comercial geral, não existindo um regime oficial e específico de certificação de empresas sociais, semelhante ao “*Social Enterprise Endorsement Mark (SEE Mark)*” de Hong Kong, o que impossibilita o reconhecimento institucional da natureza social e solidária destas empresas. Actualmente, apenas as empresas sociais que participaram nas três fases do plano de apoio financeiro às empresas sociais e obtiveram os comprovativos correspondentes emitidos pelo Instituto de Acção Social beneficiam de tarifas reduzidas na electricidade. Contudo, um grande número de empresas sociais em actividade, criadas autonomamente por instituições comunitárias de serviços sociais e que há muito tempo prestam serviços a grupos vulneráveis, não dispõe de qualquer canal oficial de certificação nem consegue apresentar provas válidas de qualificação, ficando as mesmas totalmente excluídas de benefícios em tarifas de serviços públicos, como água, electricidade e gás, o que agrava significativamente a pressão sobre a sua gestão. Os empresários esperam que o Governo possa implementar políticas favoráveis às empresas sociais, eliminando os entraves que dificultam a sua sobrevivência e desenvolvimento, e reforçando a sua capacidade de assumir eficazmente as tarefas relacionadas com o bem-estar social previstas nos dois planos decenais.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Após a conclusão das três fases do plano de apoio financeiro às empresas sociais, Macau não lançou nos últimos anos uma nova ronda do projecto

especializado de apoio às empresas sociais. A Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura afirmou, durante a sessão de interpelação oral em Março, que “o Governo da RAEM está a planear a quarta fase do plano de apoio financeiro às empresas sociais, com previsão de divulgação em meados deste ano”. Todavia, já estamos a meio ano e, até ao momento, ainda não foi anunciado qualquer plano pelo Governo. Após a implementação dos planos decenais para os idosos e para a reabilitação, quando é que as autoridades prevêem anunciar a nova fase do plano de apoio financeiro às empresas sociais, com vista a promover a empregabilidade dos grupos vulneráveis?

2. Actualmente, as empresas sociais em funcionamento regular em Macau estão maioritariamente concentradas em áreas tradicionais, tais como venda a retalho, oficinas de transformação e lojas de artigos em segunda mão, apresentando uma reduzida presença nos domínios dos serviços para a população idosa e da empregabilidade inclusiva para pessoas com deficiência. Com a implementação dos dois planos de acção decenais para os idosos e a reabilitação, de que forma prevêem as autoridades, tendo em conta a situação actual das empresas sociais, associar-se aos objectivos estratégicos de desenvolvimento da indústria para idosos, emprego de pessoas com deficiência e serviços comunitários acessíveis, apoiando, através de subsídios ou aquisição de serviços sociais, a transformação das actuais empresas sociais ou promovendo a criação de novas entidades que correspondam melhor a estas metas de desenvolvimento?

3. Face aos encargos com as tarifas comerciais de água, electricidade e gás enfrentados pelas empresas sociais na sua gestão, bem como à falta de benefícios de custo correspondentes à sua natureza de utilidade pública, as autoridades vão estudar o mecanismo de “*Social Enterprise Endorsement Mark (SEE Mark)*” de

Hong Kong, a fim de estabelecer em Macau um regime próprio de certificação para empresas sociais e conceder subsídios ou isenções nas tarifas dos serviços públicos às empresas sociais certificadas, promovendo assim a sua gestão estável?

14 de Agosto de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng